AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DO RÉU. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

027. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0034652-48.2017.8.19.0000 Assunto: Indenização por Dano Material / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 1 VARA CIVEL Ação: 0018811-70.2014.8.19.0209 Protocolo: 3204/2017.00338025 - AGTE: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA FILHO OAB/RJ-081852 AGDO: CELSO BELFORT RIZZI JUNIOR ADVOGADO: COSME DAVID RANGEL SOARES OAB/RJ-081562 **Relator: DES. MARCOS ANDRE CHUT** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA EMBARGADA CONTRA A DECISÃO DE DEFERIMENTO DA TUTELA. RECURSO DESPROVIDO. HIPÓTESE QUE NÃO ENSEJA A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS RECURSAIS. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 1.022 DO CPC. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

028. APELAÇÃO 0035366-02.2013.8.19.0209 Assunto: Indenização por Dano Material / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 6 VARA CIVEL Ação: 0035366-02.2013.8.19.0209 Protocolo: 3204/2017.00448588 - APELANTE: PEDRO SERGIO NUNES LEAL ADVOGADO: RAFAEL COELHO FERNANDES OAB/RJ-166979 APELANTE: BETA EVEN RIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ADVOGADO: RODRIGO DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI OAB/RJ-094920 ADVOGADO: RENATO MILAGRES NEVES DE SOUZA CORRÊA OAB/RJ-137461 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. MARCOS ANDRE CHUT** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. INCONFORMISMO DA PARTE COM O JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 1.022 DO NCPC. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

029. APELAÇÃO 0037821-86.2012.8.19.0204 Assunto: Indenização por Dano Material / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BANGU REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0037821-86.2012.8.19.0204 Protocolo: 3204/2014.00280768 - APELANTE: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO OAB/RJ-020283 ADVOGADO: HUGO FILARDI PEREIRA OAB/RJ-120550 APELADO: ADILSON AREIAS DE PAIVA ADVOGADO: GEORGE PIMENTEL DE OLIVEIRA OAB/RJ-104649 **Relator: DES. MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA** Ementa: PELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO SUMÁRIA DECLARATÓRIA OBRIGACIONAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DE APELAÇÃO. ASSIM EMENTADO: "APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO, DIANTE DA INEXISTÊNCIA DA PRESTAÇÃO INTEGRAL DO SERVIÇO. RECONHECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE COLETA E TRANSPORTE, QUE, PORÉM, NÃO RECEBE TRATAMENTO. CONCESSIONÁRIAS OU PERMISSONÁRIAS QUE TÊM OBRIGAÇÃO DE FORNECER SERVIÇOS ADEQUADOS, EFICIENTES E DE FORMA CONTÍNUA. EMBORA A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TENHA FIRMADO O ENTENDIMENTO DE QUE A EFETIVA PRESTAÇÃO DE APENAS UMA DAS ATIVIDADES PREVISTA NO DECRETO Nº 7.217/2010 CARACTERIZE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM RECURSO REPETITIVO, NÃO FEZ VEDAÇÃO DA COBRANÇA DA TARIFA PELA PRESTAÇÃO DE UMA SÓ OU ALGUMAS DAS DESSAS ATIVIDADES. TRATAMENTO FINAL DE EFLUENTES É COMPLEMENTAR, MAS DE NATUREZA SOCIOAMBIENTAL E DE ORDEM PÚBLICA, POIS A SUA FALTA PODE ACARREAR PRÁTICA DE CRIME AMBIENTAL. INEXISTINDO PROVA DA PRESTAÇÃO INTEGRAL DO SERVIÇO DE ESGOTO, EMBORA SEM PREVISÃO EXPRESSA DE TARIFA PROPORCIONAL, A NATUREZA MENSURÁVEL DO SERVIÇO JUSTIFICA A COBRANÇA NO EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA QUANTIA DEVIDA PELO FORNECIMENTO DE ÁGUA. PRECEDENTES DESTA EGRÉGIA CÂMARA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO".AGRAVO INTERNO CONFIRMATÓRIO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. RETORNO DOS AUTOS POR DETERMINAÇÃO DA COLEDA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA. RECONHECIMENTO DE CONFLITO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, EM JUÍZO DE RETRAÇÃO, PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. Conclusões: Após votar o Relator mantendo o acórdão recorrido,divergiram os vogais. Prosseguindo no julgamento votaram os demais vogais com a dissidência, pelo que o resultado final é o seguinte: "Por maioria de votos, foi reformado o acórdão recorrido, nos termos do voto do 1º vogal, ficando vencido o Relator. Designado para a lavratura do acórdão o 1º vogal."

030. APELAÇÃO 0041330-17.2015.8.19.0205 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAMPO GRANDE REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0041330-17.2015.8.19.0205 Protocolo: 3204/2017.00399982 - APELANTE: F AB ZONA OESTE S A ADVOGADO: RICARDO BOECHAT RIBEIRO MESSA OAB/RJ-113924 ADVOGADO: ALDRIN DE AGUIAR OAB/RJ-097554 APELADO: MANOEL PEREIRA DE FREIRA ADVOGADO: CELSO CORDEIRO JUNIOR OAB/RJ-163898 **Relator: DES. MARCOS ANDRE CHUT** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇA DE TARIFA ESGOTO. SANTÍSSIMO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO DA RÉ. AFIRMAÇÃO DA AUTORA NO SENTIDO DE QUE O ESGOTO É LANÇADO SEM TRATAMENTO DIRETAMENTE NAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS (GAPS.). ADEMAIS, A AUTORA NÃO REFUTOU O LAUDO TÉCNICO APRESENTADO PELA RÉ. O STJ SEDIMENTOU O ENTENDIMENTO DE QUE A LEI Nº 11.445/07 DEVE SER INTERPRETADA EM COTEJO COM O DECRETO Nº 7.217/10 QUE A REGULAMENTA, DE MANEIRA QUE É LEGAL A COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO, AINDA QUE NÃO HAJA TRATAMENTO SANITÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. COM EFEITO, COM A INSTALAÇÃO DA REDE DE ESGOTO E A EFETIVA REALIZAÇÃO DE UMAS DAS ATIVIDADES ELENCADAS NO ARTIGO 9º DO DECRETO Nº 7.217/10, QUAIS SEJAM, A COLETA, O TRANSPORTE, O TRATAMENTO DOS DEJETOS OU A DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS E DOS LODOS ORIGINÁRIOS DA OPERAÇÃO DE TRATAMENTO, JÁ SE RECONHECE QUE HÁ A EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, APTA A ENSEJAR A COBRANÇA EM DEBATE. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, A FIM DE RECONHECER A LEGALIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

031. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0043367-79.2017.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: REGIONAL VILA INHOMIRIM VARA CIVEL Ação: 0009682-84.2016.8.19.0075 Protocolo: 3204/2017.00424603 - AGTE: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA FILHO OAB/RJ-081852 AGDO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. MARCOS ANDRE CHUT** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES INEXISTENTES. O RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO É O MEIO ADEQUADO PARA SE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ DECIDIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.